

## **A Cidade e sua materialidade sócioespacial .**

Prof. Dr. Anelino Francisco da Silva.

Departamento de Geografia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Brasil.

### **Resumo**

A cidade e sua materialidade sócioespacial firma-se como permanência da humanidade. Sua totalidade é constituída de partes efêmeras que se constroem e se destroem. Mas é a cidade, como totalidade que está a exigir reflexões que norteiem a sua urbanidade geográfica. O artigo estabelece recortes a uma construção de estudo da cidade como processo, considerando, antes de tudo, que a cidade - fenômeno milenar e histórico - destina-se a ser espaço de processos ligados à industrialização, difusão da economia e de aspectos sócio-culturais, à medida que exprime uma complexidade urbanística.

Palavras-chave

Cidade, Espaço, Sociedade, Território, Mercado.

### **Abstract**

The city and its partner-space concrete, are firm as the humanity's permanence. Its totality is constituted of ephemeral parts that are built and they are destroyed. But it is the city, as totality that is to demand reflections about its geographical urbanity. The article establishes cuttings to a construction of the city, as process, considering, before everything, that the city, phenomenon milenary and historical, it is destined to be space of processes linked to industrialization, the diffusion of the economy and to partner-cultural aspects, as it express a complex urbanistic.

### **Key-words**

Cities, space, society, territory, market

## **Introdução**

A cidade tem um significado especial pelo que ela representa: o espaço, o território, o lugar em que se vê o engendramento de processos sócio-espaciais. “A cidade sofre com o impacto de aumentos populacionais e as atividades que se desenvolvem de modo mais acentuado são oriundas de novos setores produtivos - meios técnicos e científicos”. (Silva, 1998, p. 31). Nesse sentido, a modernização viabilizada pela ciência e tecnologia vai oferecer facilidades de serviços bancários e setor de investimentos e outros. Essa condição estabelece a relação moderno-tradicional como condutora da idéia de que na análise das cidades é necessário apreender a transformação cultural e de valores (Silva, 1998). É na cidade que as economias operam no sentido de conferir maior amplitude e eficiência a um processo de desenvolvimento. Nela se geram as mais importantes inovações decorrentes de mudanças políticas, sociais e econômicas, pois é nela que surgem as maiores desigualdades sociais e econômicas de que o homem civilizado tem notícia. Desse modo, a grande cidade progressivamente transformou-se numa estrutura particular de economias de aglomeração e de escala, impondo-se a concentração urbana como produtora de mais valia relativa (Silva, 1998).

## **O que se tem a dizer da cidade?**

Como perceber se a cidade de fato tem materialidade sócio-espacial, se ela representa diferentes formas de trabalho e de relações? À medida que prossegue o estudo das realidades físicas no processo econômico, é interessante considerar que a cidade precisa melhorar o desenvolvimento de novas tecnologias de transportes e a concentração de serviços e atividades de gestão. Se cada cidade é um sonho lógico, não é tão má quanto o inferno, nem vai ser tão boa quanto a sua utopia, como pensou P. Gueddes (1994, p. 79). Empreender mudanças é preparar o caminho à reorganização e, significa trabalhar no tempo presente a dinâmica processual que caracteriza a cidade na sua totalidade. Mas como mensurar a totalidade? Aurélio Buarque Ferreira (1995: 1964) esclarece que esta pode ser definida como “o conjunto das partes que constituem um todo, ” atestando que ela existe e é apreendida por meio de uma construção. Ao estudar a cidade, estamos atingindo pedaços do todo, cujas temporalidades não são idênticas. Pode-se considerar, por essa perspectiva, que qualquer que seja a apreensão total

da cidade constata-se esse uso não homogêneo do tempo. É o tempo sincrônico que, no entendimento de Milton Santos (1994, p.169), “é preciso conhecer [...] para saber o que distingue um tempo do outro, um período do outro”. Na cidade, há sincronia entre variedade temporal da ação dos diversos vetores, visto que as diversas temporalidades se entrosam na ação conjunta que se dá pela ação ocorrida em seu tempo. Isso é próprio da vida em sociedade e mostra que a vida social nas suas diferenças, desigualdades e hierarquias dá-se segundo tempos diversos que se entrecruzam, unem-se, anastomosam-se, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver dá-se na cidade. “A ordem espacial é ordem do tempo histórico - um tempo geral que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular concreto.” (Santos, 1994, p. 165). A cidade moderna, pós-moderna/contemporânea é uma realidade porque nela há totalidade concreta das coisas e das ações. É que ela transforma-se, mesmo não negando o passado. Pensar a cidade é tomá-la na diferenciação de ocupação do espaço que se manifesta no interior da organização social que a totaliza. José B. da Silva (2001, p. 60) pensa a cidade como “uma forma de expropriação da natureza em seu próprio espaço, como o é também do espaço que lhe é exterior”. Ora, a complexidade da cidade possibilita uma dinâmica interativa do urbano, entretanto não se pode negligenciar o peso do estabelecimento de políticas de controle, reestruturação e requalificação de espaços da cidade. Nesse sentido, a cidade capitalista não se caracteriza apenas pelas atividades produtivas e mercantis que desenvolve, mas, sobretudo, pelos “[...] meios de consumo coletivo, que vão determinar a configuração espacial das cidades; além do modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (de capital, da força de trabalho) como determinante do desenvolvimento econômico e urbano, na medida em que a cidade é o locus dessas relações” (Low-beer, 1983, p. 37; Costa, 2000, p. 29). A cidade capitalista tem se constituído no espaço configurado, ocupado e apropriado por grupos, com sistemas econômicos, social e ideológico bem definidos, para viabilizar os interesses do capital. Assim posto, a cidade é pensada e articulada como produto das necessidades específicas de uma sociedade historicamente determinada. O que se percebe é o espaço sendo considerado como produto social, com contradições, conflitos e disputas. Nesse contexto, a reprodução do espaço construído constitui uma característica imposta pelo modelo capitalista, pois as transformações que ocorrem no interior dos espaços urbanos atendem aos interesses do grande capital. Ora, a cidade na sua totalidade apresenta diversos problemas e a existência deles relaciona-se à falta de legislações de zoneamento que disciplinem o seu crescimento, ou ao “descaso do Estado, que não cumpre a legislação existente”. (Costa, 2000, p. 35). Num recorte do desenvolvimento urbano, pode-se verificar que no interior das cidades assiste-se a uma modernização que resulta, segundo Marcelo Souza (1998, p. 8), “em incremento da segregação residencial e da concentração espacial de privilégios [...], na geração de vazios urbanos

devido à especulação imobiliária e outras deformações”. É preciso que se passe a conceber o desenvolvimento urbano sob uma forma ampla e comprometido com os interesses sociais. Essa ampliação do quadro conceitual sobre o desenvolvimento inclui o reconhecimento da importância do espaço social que, em correlação estreita “[...] com os processos que movimentam as relações sociais, cria condicionantes (positivos e negativos) que precisam ser levados em conta ao analisar-se as condições para o desenvolvimento social, ou seja, para a mudança social orientada para a superação de problemas” (Costa, 2000, p. 38). Dessa forma, os agentes modeladores produzem “os diferentes fragmentos que compõe o mosaico urbano” (Corrêa, 1991a, p. 146). Entretanto, é preciso salientar que o espaço urbano é um reflexo social dentro de um contexto histórico: as ações realizadas pelo homem se dão tanto no presente como no passado e estas ações do passado imprimem suas marcas espaciais no presente.

### **A Cidade assumindo a força de comando**

A necessidade de intensificação da divisão social do trabalho e a reprodução da vida na metrópole se realizam na relação contraditória entre necessidade e desejo, uso e troca, identidade e não-identidade, estranhamento e reconhecimento, que permeia a prática sócio-espacial que dá base para o desenvolvimento, intensificando a direção da organização e da produção do espaço. Nesse momento, o aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho se baseia em uma nova racionalidade “apoiado no emprego do saber e da técnica aplicada à produção, à gestão e à supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço [...]” (Calos, 2001, p. 18). A cidade, no entendimento de David Harvey, é o espaço urbano na condição de mercadoria que apresenta diversos usos: “a cidade dá ao seu solo a condição de valor de uso e de valor de troca. O solo contém um valor de uso na medida em que constitui condição básica para a produção de mercadorias e para reprodução da força de trabalho”. Assim, a cidade assume a forma de comando espacial, articulando a divisão espacial do trabalho por meio da articulação não só da rede urbana, mas ainda possibilitando, com essa produção espacial, as condições gerais necessárias ao desenvolvimento do processo de produção capitalista (Carlos, 1982). Com isso deve-se pensar a cidade como produtora e produto do movimento criado pelo desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Assim sendo, os intensos processos de urbanização são reflexos de acumulação e concentração do capital. Na discussão da produção do espaço urbano, cabe ao Estado não só o papel de planejar o ordenamento desse espaço, dotando a cidade de equipamentos e serviços de infra-estrutura física e social, acrescentando-se a criação de mecanismos e aplicação de instrumentos que, de fato, separem o direito de construir do de propriedade, interferindo tanto na valorização do solo

urbano quanto na sua socialização, evitando assim que esses problemas se perpetuem e se ampliem no interior dos grandes centros (Costa, 2000). Por outro lado, o planejamento urbano tem como característica a sua dinamicidade, pelo fato de a cidade ser dinâmica. Indubitavelmente ele evolui no tempo moldando-se às mudanças da natureza dos problemas urbanos (Clark, 1985). A complexidade das variáveis que influenciam o crescimento das cidades tem tornado as análises cada vez mais difíceis de serem feitas, dado que as sociedades urbanas se diversificam e ganham mais mobilidade; elas deixam de ser cidades para se tornar aglomerações (Braudrillard, 1981) e como tal as cidades são explicitadoras das inovações de mudanças econômicas, políticas e sociais. E é nelas que ocorrem as maiores desigualdades sociais e econômicas. Sob esse prisma, Y. Lojkin (1981), A. Lipiez (1982) e A. Costa (2000) admitem que “nas sociedades capitalistas a cidade é o lugar primordial da produção e subsidiariamente o local para a reprodução da força do trabalho”. Daí definir-se a cidade como “o local que concentra os meios de consumo coletivo, os meios de circulação material e os meios de produção que, conjuntamente, constituem as condições gerais de produção capitalista”. A cidade e o processo de industrialização

Como entender a cidade na sua complexidade e totalidade sem que se apreenda o processo de industrialização? Se a industrialização é vista como um processo amplo, associado à modernidade e que, segundo Costa (2000), “se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as demais atividades econômicas”, é possível pontuar que o caráter urbano empregado na produção industrial, base territorial das cidades, é alterado em virtude da concentração da força de trabalho e capital. No Brasil, a localização e a concentração industrial se deram mais intensivamente nos centros urbanos mais populosos e de mais facilidade à exportação. As indústrias se instalaram predominantemente na região sudeste, principalmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e em alguns centros urbanos e de influência regional considerável (Baeninger, 1992). Com a instalação das indústrias nos principais centros urbanos, assiste-se à intensificação do processo de crescimento da população nas cidades brasileiras, o que tem provocado a falta de emprego e de serviços especializados. A dinâmica das cidades e o processo de urbanização contribuem para que as transformações se sucedam ao longo do tempo, uma vez que se circunscreveram no processo histórico de desenvolvimento. Daí as novas formas espaciais vão surgindo provocadas pelas transformações ocorridas no interior das cidades, sendo a verticalização, segundo A. Araújo “[...] um dos fatores principais dessas transformações”. É ainda esse mesmo autor que esclarece ser a verticalização um fenômeno que “ocorre no interior do tecido urbano como a expansão da periferia das cidades [...], podendo “ser considerados como elementos que vêm impulsionando a urbanização do país”. (ibid., p. 96). Entretanto, mudanças ocorridas no sistema urbano brasileiro refletem e são representativas de fases do desenvolvimento sócio-econômico que se

caracterizou pela opção da estratégia de urbanização da economia. Vê-se que a industrialização estabeleceu estruturas produtivas diferenciáveis, determinando as diversas fases de urbanização, no sentido de que cada etapa dessa urbanização torna-se uma representação dos resultados das fases do processo de desenvolvimento. Constatou-se que a indústria ao se constituir no vetor do projeto

nacional-desenvolvimentista, com a concentração nos grandes centros urbanos brasileiros, a exemplo do eixo São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte, passou a receber contingentes populacionais do campo que eram expulsos para as áreas urbanas. Desse momento em diante, assiste-se a uma intensificação do processo de crescimento populacional das cidades. Apesar do crescimento da população urbana ter tido uma acentuação maior a partir da década de 40, é na década de 70 que começa a ocorrer um fluxo crescente de pessoas para o meio urbano, período do crescimento urbano acelerado, visto que a população concentrada nas cidades ultrapassou a população rural do Brasil, atingindo 55,9% de participação. Essa grande concentração da população nas cidades foi provocada pelo crescimento das atividades secundárias e terciárias, que atraíram as pessoas para os centros urbanos importantes as grandes e médias cidades.

#### Reestruturação produtiva no Brasil

São as metrópoles os lugares privilegiados das manifestações do processo de reestruturação econômica. É nelas que o entrelaçamento das relações sociais se torna mais visível, visto que a seqüência das espacializações urbanas são cumulativas e cada fase contém vestígios das fases anteriores, que não chegam a desaparecer, mas são seletivamente rearranjadas, imprimindo mudanças de investimento, da produção, do consumo coletivo e social (Soja, 1990). Mesmo porque as metrópoles tornaram-se também o “lugar da crise urbana, das carências sociais de vários tipos manifestado em movimentos [...]. Elas têm os problemas de gestão complexa comum às grandes aglomerações urbanas que se repartem entre distintas administrações locais, bem como os problemas específicos das cidades de economia periférica, resultando em elevado potencial de conflitos reivindicatórios de direito à cidadania” (Becker e Egler, 1995, p. 186). Um dos traços marcantes de rearranjo espacial da economia brasileira é a queda do peso industrial das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro no total da produção industrial do país. Ressalta Rosália Piquet que “entre 1970 e 1990 as participações relativas dessas metrópoles caem respectivamente de 43,4% e 15,7% para 34,2% e 10,2%” (Piquet, 1996, p. 78). A tendência do declínio econômico dessas metrópoles torna-se evidente porque a indústria continua sendo o motor do crescimento e esses espaços - as metrópoles - recebem grandes contingentes populacionais e, historicamente, os têm absorvido. Mesmo assim, há necessidade de geração de novos e crescentes postos de trabalho. Tais tendências indicam um quadro temeroso para as regiões metropolitanas agravadas, também, pela concentração da renda, em 1980, e pelo aumento da

pobreza absoluta e relativa verificado nas principais metrópoles brasileiras. Desse modo, “as grandes mudanças na economia mundial [...] e rapidez de mudança tecnológica”, levam ao entendimento de que a “competitividade é um alvo móvel e a inovação e melhoria dos padrões operacionais das empresas são condições para o fortalecimento da competitividade de certa região ou país”, assim expressa Rosália Piquet (1996, p. 79). Ao se privilegiar a nível micro, percebe-se que a competitividade de uma economia determina-se pela soma de empresas competitivas. Ao dar ênfase ao nível macro, o conceito torna-se mais complexo e engloba todo sistema social em que a empresa se estrutura, atrelada a uma rede de vínculos com o sistema educacional, com a infra-estrutura tecnológica, com as relações trabalhistas, com a formação cultural e com o sistema financeiro a competitividade sistêmica. A gestão pela qualidade e pela produtividade na indústria brasileira tem sido importante, mas ainda se restringe a uma minoria de empresas e setores. Apesar da baixa utilização de programas, técnicas e métodos voltados para o aumento da qualidade, da produtividade e da competitividade da indústria brasileira, houve inegáveis avanços nessa última década do século XX. O quadro econômico brasileiro do pós 90, do século XX, mostra um mercado de trabalho historicamente heterogêneo e desigual, com surgimento de dificuldades adicionais. Nos seguimentos com forte presença de pequenas e médias empresas, como o têxtil, tem-se observado um processo de concentração produtiva e queda acentuada dos níveis de emprego, uma vez que hoje 50% de consumo interno de tecidos são atendidos pela importação. Numa análise dos elos perdidos entre competitividade e emprego, como reflexo à economia metropolitana, Piquet (1998, p.84) constatou que “nos setores em que predomina a grande empresa multinacional, nota-se uma modernização no núcleo da cidade produtiva, que se faz acompanhar de externalização das atividades consideradas secundárias pelas empresas. A esse procedimento soma-se um significativo aumento da importação de bens intermediários de alto valor agregado. Assim, as empresas passam a manter um estoque mais reduzido de empregados estáveis, contratando e dispensando os demais trabalhadores em função da variação do nível de produção”. Nos setores com maior presença de empresas estatais, a gestão privada tem promovido uma racionalização rápida com o enxugamento do quadro de pessoal empregado. Quanto ao setor de bens de capital, as associações ou vendas para grupos internacionais também reduziram fortemente seu contingente de empregados. Entretanto, o que sobressai é que a reestruturação produtiva contemporânea brasileira assenta-se nas atividades industriais, nas comerciais, nas financeiras e nos serviços, com ocorrência no conjunto de ocupações mais diretamente ligadas à estrutura organizacional das empresas, tais como: gestão superior, administração, área técnica e vendas. Diante do exposto, percebe-se que o dinamismo urbano-industrial nos últimos anos do século XX (1980-2000) é traduzido na formação de uma classe média que experimentou um intenso processo de ascensão social nos

anos 70 daquele século, e que se altera negativamente nos anos 80, denominada de “mobilidade circular” (Pastore e Archibald, 1993), em que para uma pessoa ingressar no circuito outra deve ser deslocada. Duas práticas administrativas de largo uso na indústria brasileira merecem ainda destaque, quais sejam: a terceirização e a alteração do “mix” de produtos. A primeira delas indica que um vasto seguimento de trabalhadores deixaram o setor industrial, indo-se fixar em atividades mal pagas e de trabalhadores que têm baixa organização. Essa prática deve-se à tentativa de redução de custos, provocando sistematicamente redução de salários e benefícios, razão pela qual passou a ser conhecida por “terceirização à brasileira” (DIEESE, 1993). Contrariamente, a outra, é a da alteração do “mix” industrial que, a estrutura metropolitana revela seu maior poder. As indústrias estão promovendo reconversão industrial, e têm mantido na metrópole as linhas de maior conteúdo tecnológico ou que demanda mão - de obra de maior qualificação. Essas práticas de incentivos opostos quanto à vida metropolitana, na verdade confirmam o aprofundamento da polarização do mercado de trabalho, observável nas grandes metrópoles não só brasileiras como mundiais. E se houver deslocamento de indústria da região metropolitana de São Paulo para a sua periferia (Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) observa-se que novas atividades dinâmicas serão desenvolvidas na metrópole. São atividades que fazem parte do terciário superior, que se expandiram consideravelmente no decênio passado. A importância das atividades financeiras na região metropolitana de São Paulo é outro indicador do fato de que essa metrópole continua a desempenhar um papel de comando sobre o espaço econômico nacional. Nesse contexto, o espaço urbano da metrópole São Paulo, em seu processo produtivo indica uma tendência “a diminuição do número de estabelecimentos industriais com redução do papel industrial (em movimentos diferenciados para cada setor industrial). Isso significa que, para além do deslocamento dos estabelecimentos, há uma mudança do perfil produtivo” (Carlos, 2001, p. 81). Porquanto, as transformações ocorridas na metrópole São Paulo, a partir da redefinição do processo produtivo, impõem uma nova fase para o desenvolvimento do ciclo capitalista, “modificando estruturas produtivas, impondo um novo padrão de competitividade, flexibilizando os processos produtivos, reestruturando espaços de produção e, com isso, [...] o processo impõe novos padrões para a vida urbana”, analisa Ana F. Carlos (2001, p. 86). Decerto que o processo de desconcentração industrial não é acompanhado pela descentralização do capital; contudo, o adensamento urbano e as transformações no processo produtivo vêm colocando novas necessidades e exigências no setor de serviços que requer modernização, assumindo a metrópole a posição de centralização, não mais do setor produtivo, mas administrativa e financeira. É sabido que o Estado de São Paulo vem perdendo o seu peso no PIB nacional (em 1970, sua participação era de 58,2%; em 1989, caiu para 50,4%). Entretanto, observa-se que a área do setor terciário que se desenvolve é a



financeira e a de serviços sofisticados, e com ela uma série de outras atividades de apoio, como as de informática e de serviços de telecomunicações (Silva, 2000).

### **Considerações finais**

A complexidade da urbanização faz-nos pensar que a totalidade da cidade forja uma economia de mecanismo de escala e aglomeração com importantes inovações de mudança política, social e econômica, pois implica mudanças sociais importantes, num verdadeiro modo de vida urbano, com seus valores próprios. Ademais, são nas cidades que se registram as maiores desigualdades sociais e econômicas, as quais se dão de forma concentrada e de fácil percepção. Um dos postulados básicos no desenvolvimento do sistema de cidades é a dimensão do mercado, diferente para cada região e diferente para cada conjunto de bens e serviços. No Brasil, desenvolve-se uma extensa rede urbana em níveis diferentes um deles regional e outro hierárquico em que as cidades operam de modo diferenciado (Faissol, 1994). Sob essa ótica, vê-se que, em nível regional, as cidades do núcleo são mais desenvolvidas, com menores índices de pobreza, com mais infra-estrutura física, tipo água e esgoto, entre outros indicadores. Na hierarquia, as cidades maiores apresentam uma maior complexidade e, com muita frequência, um nível maior de desenvolvimento. Ora, a dinâmica urbano-industrial tem sido a mola mestra do processo de desenvolvimento do Brasil, especialmente porque uma parcela importante dessa industrialização acabou escapando às formas que a economia global transnacional lhe procurava atribuir. Entende-se que o processo de industrialização brasileiro não pode ser isolado do processo de desenvolvimento econômico e social, pois os mecanismos que interligam o processo espacial e social estão contidos no seu bojo, associando, assim, a dimensão espacial, tanto intra como interurbana, à dimensão social e econômica que diferencia cidades no interior do sistema. Por outro lado, o processo de urbanização está atrelado às transformações sucessivas por que a sociedade vem passando. Tais transformações urbanas são resultantes da divisão social do trabalho que vem ocorrendo dentro de uma perspectiva histórica.

### **Referências Bibliográficas**

BAUDRILLARD, J. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.  
CARLOS, Ana F. A. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo; Contexto, 2001. \_\_\_\_\_. A cidade e a organização do espaço: Revista do Departamento de

Geografia. São Paulo, n.1, p. 105-111, 1982.CORRÊA, Roberto R. Processos espaciais e a cidade In: Corrêa, Roberto L. (Org.) Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.COSTA, Ademir A. da. A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN. Rio de Janeiro, 2002. Tese. Doutorado em Geografia UFRJ.DARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980. DIEESE. A terceirização à brasileira. Os trabalhadores e a terceirização: diagnósticos e propostas dos metalúrgicos do ABC. São Paulo, 1993.FAISSOL, Speridião. O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.FERREIRA, Aurélio B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995.LIPIETZ, Alan. Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. Espaço e Debates, São Paulo: NERU, n. 7, p. 5-20, out/dez. 1982.LOJKINE, J. O espaço capitalista e a questão urbana. São Paulo; Martins Fontes, 1981.LOW-BEER, J. D. Renda da terra: algumas noções básicas para a compreensão do caso urbano. Espaços e Debates, São Paulo: NERU, v.8, p. 37-40, jan./abril. 1983.PASTORE, José e Archibald, H. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? São Paulo: FEA/USP, 1993.PIQUET, Rosélia. Metrôpoles e reestruturação produtiva no Brasil. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, 1996, ago/dez, p. 77-88.SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.SILVA, Anelino F. da. O teletrabalho, uma forma de transformação do emprego. Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, v. 61, n. 69, ago/2000. Barcelona.SILVA, José B. da. Nas trilhas da cidade. Fortaleza: Museu do Ceará/Séc. Cultura e Desporto do Ceará, 2001.SOJA, Edward W. Postmodern Geographies the reassertion of espace in critical social teory. Lodon: New Left Books, 1990.SOUZA, Marcelo J. Desenvolvimento Urbano: a problemática renovação de um “conceito” problemas. Território Rio de Janeiro: UFRJ/LAGET, n. 5 p. 5-29, jul/dez. 1998.TAVARES, Hermes M. Reestruturação do espaço industrial no Brasil: novos desequilíbrios e a necessidade de planejamento regional. Caderno IPPUR, Rio de Janeiro, v. 10, n.1. 1996, p. 49-65.